

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE

**CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO DE NÍVEL SUPERIOR DO
CURSO DE DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM MONTES
CLAROS/MG**

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Você está recebendo o caderno de provas com 60 (sessenta) questões objetivas e 01 (uma) questão discursiva.
2. O tempo de duração da prova será de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas e a transcrição da prova subjetiva.
3. O candidato deverá transcrever suas respostas do caderno de provas para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a sua correção. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno de Provas. Use caneta esferográfica azul ou preta.
4. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato. Não deverá ser feita nenhuma marca na Folha de Respostas fora do campo reservado às respostas.
5. O candidato só poderá sair das dependências do local de aplicação das provas após decorrido 1 (uma) hora do seu início. Somente será autorizado o candidato levar consigo o caderno de provas 01 (uma) hora antes de seu término.
6. Não será permitida consulta a qualquer material, bem como o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos.
7. A constatação de consulta ou uso de qualquer equipamento eletrônico durante a aplicação da prova implicará na anulação das provas do candidato e sua eliminação do certame.

Nome do candidato

Por favor, abra o caderno de provas somente quando autorizado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Acerca do conceito de Constituição, dos princípios e dos direitos fundamentais, bem como das disposições sobre os servidores públicos na Constituição Federal de 1988, julgue o item que segue.

Constituição é a lei maior do ordenamento jurídico de um país e os seus dispositivos, por servirem de fundamento para o conteúdo das normas infraconstitucionais, devem ser imutáveis.

CERTO ERRADO

2. Julgue o item seguinte, acerca da supremacia da Constituição e da aplicabilidade das normas constitucionais.

Decorre da noção de supremacia da Constituição o pressuposto da superioridade hierárquica constitucional sobre as demais leis do país, ressalvados os tratados internacionais de direitos humanos.

CERTO ERRADO

3. A respeito dos direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Os direitos e garantias fundamentais têm como destinatários os brasileiros natos e naturalizados, não se aplicando aos estrangeiros.

CERTO ERRADO

4. Julgue o item seguinte, acerca dos direitos e garantias fundamentais da República Federativa do Brasil.

Ações afirmativas são mecanismos que visam viabilizar uma isonomia material em detrimento de uma isonomia formal por meio do incremento de oportunidades para determinados segmentos.

CERTO ERRADO

5. No que tange aos direitos e garantias fundamentais e ao processo legislativo, conforme disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item subsequente.

A Câmara dos Deputados é a casa onde se devem iniciar todos os projetos de lei de iniciativa do presidente da República, do STF ou de tribunal superior, cabendo ao Senado o papel de casa revisora.

CERTO ERRADO

6. No que se refere à organização dos poderes, julgue o item que segue.

Medida provisória que perca sua eficácia por decurso de prazo somente poderá ser reeditada na mesma sessão legislativa, em caso de interesse público relevante.

CERTO ERRADO

7. No tocante às técnicas de decisão em sede de controle abstrato, julgue o item que se segue.

Se a inconstitucionalidade de uma norma atinge outra, tem-se a denominada inconstitucionalidade consequencial ou por arrastamento.

CERTO ERRADO

8. No tocante ao controle da administração pública, julgue o item seguinte.

O mandado de segurança e o habeas data são remédios constitucionais utilizados para a realização do controle judicial da administração pública, controle esse que pode ocorrer por provocação ou de ofício.

CERTO ERRADO

9. Com base nas disposições constitucionais acerca de princípios, direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

O presidente da República, embora nomeie os ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal, não interfere na função jurisdicional desse órgão.

CERTO ERRADO

10. Julgue o item a seguir, relativo à organização administrativa do Estado e aos poderes da República Federativa do Brasil.

O presidente da República ficará suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade, após instauração do processo pelo Senado Federal.

CERTO ERRADO

DIREITO CIVIL

11. Três pessoas de uma mesma família registraram, no órgão competente, a intenção de doarem, após a morte, seus corpos para manipulação em aulas universitárias de anatomia. A intenção deles decorre do fato de terem ciência de que as instituições são carentes desse tipo de recurso.

A respeito dessa situação hipotética e considerando o disposto no artigo 14 do Código Civil — Lei n.º 10.406/2002 —, julgue o item a seguir.

Caso o objetivo da disposição do próprio corpo fosse auferir vantagem financeira em vida, o ato seria considerado inválido.

CERTO ERRADO

12. Considerando o que dispõe o Código Civil acerca das obrigações e dos institutos da prescrição e da decadência, julgue o item que se segue.

Em regra, aplicam-se à decadência, no que couberem, as normas de suspensão e interrupção da prescrição.

CERTO ERRADO

13. No que se refere a penhor e hipoteca, julgue o item subsequente.

Penhor é uma constrição judicial, em que um bem do devedor é apreendido para garantir a quitação de dívida objeto de ação judicial.

CERTO ERRADO

14. De acordo com as disposições do Código Civil e com a jurisprudência do STJ acerca da responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

As concessionárias de rodovias respondem civilmente por roubos e sequestros ocorridos nas dependências de estabelecimento de suporte mantido para utilização de usuários dessas rodovias.

CERTO ERRADO

15. Acerca de responsabilidade civil, de negócio jurídico e de transmissão e extinção de obrigações, julgue o item seguinte.

Tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas podem sofrer danos morais.

CERTO ERRADO

16. Acerca dos direitos da personalidade, julgue o item que se segue.

O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da mesma proteção que se dá ao nome.

CERTO ERRADO

PROCESSO CIVIL

17. A respeito da jurisdição, julgue o item que se segue:

O princípio do juiz natural, ao impedir que alguém seja processado ou sentenciado por outra que não a autoridade competente, visa coibir a criação de tribunais de exceção.

CERTO ERRADO

18. Acerca do valor da causa, da tutela provisória, do Ministério Público, da advocacia pública, da defensoria pública e da coisa julgada, julgue o item subsequente.

Situação hipotética: Em ação proposta por Luísa, a petição inicial limitou-se ao

requerimento da tutela antecipada em caráter antecedente e à indicação do pedido de tutela final. O julgador, entendendo que não havia elementos suficientes para a concessão da medida antecipatória, determinou a emenda da inicial no prazo de cinco dias.

Nessa situação, se a autora não emendar a inicial, o pedido será indeferido e o processo será julgado extinto sem resolução de mérito.

CERTO ERRADO

19. Acerca da formação, da suspensão e da extinção do processo, julgue o item a seguir.

O juiz deverá conceder à parte oportunidade para corrigir vício que possa resultar na extinção do processo sem resolução do mérito.

CERTO ERRADO

20. Acerca do procedimento comum, julgue o item que se segue.

Quando for dispensável a fase instrutória e o pedido contrariar súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, o juiz poderá julgar liminarmente improcedente o pedido, mesmo sem a citação do réu.

CERTO ERRADO

21. Julgue o item a seguir, considerando as regras do atual Código de Processo Civil acerca das sentenças e dos recursos.

Em atenção à coisa julgada, a sentença terminativa impede que a parte autora proponha novamente a ação.

CERTO ERRADO

22. A respeito de aspectos relativos à ação, julgue o item a seguir.

Os vícios relativos ao interesse de agir e à legitimidade podem ser reconhecidos a

qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado da ação.

CERTO ERRADO

23. A respeito das normas processuais civis pertinentes a jurisdição e ação, julgue o item seguinte.

Segundo as regras contidas no novo CPC, a legitimidade de parte deixou de ser uma condição da ação e passou a ser analisada como questão prejudicial. Sendo assim, tal legitimidade provoca decisão de mérito.

CERTO ERRADO

24. Com referência às normas fundamentais do processo civil, julgue o item a seguir.

No novo Código de Processo Civil, proporcionalidade e razoabilidade passaram a ser princípios expressos do direito processual civil, os quais devem ser resguardados e promovidos pelo juiz.

CERTO ERRADO

25. A respeito de recursos nos tribunais, meios de impugnação das decisões judiciais, processo de execução e mandado de segurança, julgue o item a seguir.

O *amicus curiae* possui legitimidade para interpor recurso especial ou extraordinário contra acórdão de tribunal que tiver julgado incidente de resolução de demandas repetitivas.

CERTO ERRADO

26. A respeito da função jurisdicional, dos sujeitos do processo, dos atos processuais e da preclusão, julgue o item seguinte.

Será considerado intempestivo o recurso de apelação interposto antes da publicação da sentença.

CERTO ERRADO

DIREITO PENAL

27. Com relação ao tempo e ao lugar do crime e à aplicação da lei penal no tempo, julgue o item seguinte.

A superveniência de lei penal mais gravosa que a anterior não impede que a nova lei se aplique aos crimes continuados ou ao crime permanente, caso o início da vigência da referida lei seja anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

CERTO ERRADO

28. Com relação ao crime consumado e tentado e à lei penal no tempo e no espaço, julgue os itens a seguir.

O crime omissivo próprio admite tentativa.

CERTO ERRADO

29. Acerca do crime doloso e do arrependimento posterior, julgue o item seguinte.

O arrependimento posterior incide apenas nos crimes patrimoniais e sua caracterização depende da existência de voluntariedade e espontaneidade do agente.

CERTO ERRADO

30. Acerca da antijuridicidade e das causas de exclusão no direito penal, julgue o item subsequente.

O oficial de justiça encontra-se em exercício regular de direito ao cumprir mandado de reintegração de posse de bem imóvel de propriedade de banco público, com ordem de arrombamento, desocupação e imissão de posse.

CERTO ERRADO

31. A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a um ano de privação da liberdade

CERTO ERRADO

32. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, salvo quando o réu for reincidente específico.

CERTO ERRADO

33. A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do art. 59 deste Código; em seguida serão consideradas as causas de diminuição e de aumento; por último, a circunstâncias atenuantes e agravantes.

CERTO ERRADO

DIREITO PROCESSO PENAL

34. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

CERTO ERRADO

35. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.

CERTO ERRADO

36. Quanto à prisão em flagrante, em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

CERTO ERRADO

37. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

CERTO ERRADO

38. Em se tratando de processo criminal, caberá apelação no prazo de 15 (quinze)

dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.

CERTO ERRADO

39. Caberá Apelação da decisão, despacho ou sentença que não receber a denúncia ou a queixa.

CERTO ERRADO

40. Segundo a jurisprudência do STJ, com a superveniência de decretação da prisão preventiva ficam prejudicadas as alegações de ilegalidade da segregação em flagrante, tendo em vista a formação de novo título ensejador da custódia cautelar.

CERTO ERRADO

41. As atribuições da Polícia Federal se confundem com as regras de competência constitucionalmente estabelecidas para a Justiça Federal (arts. 108, 109 e 144, §1º, da CF/88), não sendo possível que uma investigação conduzida pela Polícia Federal seja processada perante a Justiça estadual.

CERTO ERRADO

42. É ilícita a prova colhida mediante acesso aos dados armazenados no aparelho celular, relativos a mensagens de texto, SMS, conversas por meio de aplicativos (WhatsApp), e obtida diretamente pela polícia, sem prévia autorização judicial.

CERTO ERRADO

43. A prisão preventiva é legítima nos casos em que a sanção abstratamente prevista ou imposta na sentença condenatória recorrível não resulte em constrição pessoal, por força do princípio da homogeneidade.

CERTO ERRADO

44. Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, "a", do Código de Processo Penal.

CERTO ERRADO

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

45. Segundo entendimento jurisprudencial, o benefício assistencial ou previdenciário recebido por idoso, no valor de um salário mínimo, não será computado no cálculo da renda per capita prevista na Lei Orgânica de Assistência Social, para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada.

CERTO ERRADO

46. Quanto ao Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, a limitação do valor da renda per capita familiar deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

CERTO ERRADO

47. A concessão de benefícios previdenciários não depende, via de regra, de prévio requerimento administrativo do interessado perante o INSS.

CERTO ERRADO

48. A prova exclusivamente testemunhal não basta, para o fim de obtenção de benefício previdenciário, à comprovação do trabalho rural, devendo ser acompanhada, necessariamente, de um início razoável de prova material.

CERTO ERRADO

49. No que tange à aposentadoria rural, a ausência de conteúdo probatório eficaz a instruir a inicial, implica a carência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo, impondo a sua extinção com o julgamento do mérito e a consequente impossibilidade de o autor intentar novamente a ação.

CERTO ERRADO

50. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência

permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

CERTO ERRADO

51. Não será devido o auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, ainda que a incapacidade sobrevenha por motivo de progressão ou agravamento da doença ou da lesão.

CERTO ERRADO

52. Quanto à pensão por morte, o direito à percepção da cota individual cessará para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, ao completar dezoito anos de idade, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave

CERTO ERRADO

DIREITO TRIBUTÁRIO

53. A omissão de quaisquer dos requisitos relativos à inscrição da dívida ativa, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de segunda instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada

CERTO ERRADO

54. A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.

CERTO ERRADO

55. Compete à União instituir impostos sobre a propriedade territorial rural, podendo ser fiscalizado e cobrado pelos Municípios.

CERTO ERRADO

DIREITOS HUMANOS

56. Segundo o STF, até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989.

CERTO ERRADO

57. Segundo o STF, o sexo das pessoas, salvo expressa disposição constitucional em contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica.

CERTO ERRADO

58. Segundo o STF, a liberdade religiosa não é exercível apenas em privado, mas também no espaço público, e inclui o direito de tentar convencer os outros, por meio do ensinamento, a mudar de religião. O discurso proselitista não é, portanto, inerente à liberdade de expressão religiosa.

CERTO ERRADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

59. A ocupação indevida de bem público configura a posse, sendo suscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

CERTO ERRADO

60. A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades.

CERTO ERRADO

PROVA DISCURSIVA

Elabore um texto dissertativo com, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas. Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de trinta linhas será desconsiderado. Utilize o espaço abaixo para rascunho, em seguida, transcreva o texto para a folha de texto definitivo. Na folha de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO: Disserte sobre a liberdade de expressão abordando a sua natureza jurídica, os direitos que ela compreende, os seus limites, a possibilidade de intervenção judicial e o modo como se dá a responsabilização.

	FOLHA DE RASCUNHO
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	